



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. VADÃO GOMES)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dispõe sobre a vinculação de cinco por cento das receitas de impostos estaduais e municipais, compreendidas as transferências constitucionais, à manutenção e desenvolvimento da educação especial.

DESPACHO:

09/03/2001 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.652, DE 2000)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 24/10/01

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /

PROJETO DE LEI Nº 3.977 DE 2000

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.977, DE 2000
(DO SR. VADÃO GOMES)



Dispõe sobre a vinculação de cinco por cento das receitas de impostos estaduais e municipais, compreendidas as transferências constitucionais, à manutenção e desenvolvimento da educação especial.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.652, DE 2000)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento da educação especial.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal preceitua que é dever do Estado garantir o atendimento educacional **especializado** aos portadores de necessidades especiais (art. 208, III). Ora, o atendimento especializado implica custos adicionais com equipamentos e recursos humanos qualificados para lidar com a clientela.



Estudos da Organização Mundial de Saúde – OMS, estimam que cerca de dez por cento da população tem necessidade especiais. Entretanto, sessenta por cento dos Municípios brasileiros sequer oferecem esta modalidade da educação, agravando-se este quadro nas regiões menos desenvolvidas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB orienta-se no sentido de incluir os educandos com necessidades especiais nas classes regulares das escolas públicas. Não há como fazê-lo sem a garantia de um mínimo de recursos.

Para corrigir esta situação submetemos à avaliação dos Pares a presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2000.


Deputado VADÃO GOMES

14/12/2000

LOTE: 81 CAIXA: 154
PL N° 3977 de 2000
3

PLENARIO - RECEBIDO	
Em	14 de 08 de 1953
Assinatura	[Assinatura]
Ponto	3051



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I Da Educação

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

** Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

** Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI



VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

.....

.....



LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES
DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

**TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

.....

.....

Coordenação de Comissões Permanentes

PROJETO DE LEI Nº 3.977, de 2000

(DO SR. VADÃO GOMES)

Dispõe sobre a vinculação de cinco por cento das receitas de impostos estaduais e municipais, compreendidas as transferências constitucionais, à manutenção e desenvolvimento da educação especial.

DESPACHO: 09/03/2001 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.652, DE 2000)

ORDINÁRIA

10/03/2001 - DCD

06/04/2001 - À publicação

06/04/2001 - À CECD

27/03/2001 - Entrada na Comissão